

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC

Passo Fundo/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	41.153	47.021
Carteira de Crédito *	235.430	539.389
Depósitos	310.949	488.616
Patrimônio Líquido	123.502	146.119
Capital	63.937	70.599
Resultado Antes das Destinações	16.049	30.214
Rentabilidade do PL	13%	21%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reals)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC
CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	646.189	512.366	CIRCULANTE	389.351	301.380
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	11.087	5.666	DEPÓSITOS (NOTA 12)	182.181	127.602
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	5.345	-	Depósitos à Vista	90.701	71.418
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.345	-	Depósitos Interfinanceiros	25.551	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	128.123	24.111	Depósitos a Prazo	65.929	56.184
Carteira Própria	128.123	24.111	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	166.482	138.764
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	105.874	162.647	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	12
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	3.159	20	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	166.482	138.752
Correspondentes no país	39	28	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.352	2.181
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	102.676	162.599	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.352	2.181
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	368.582	297.956	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	10	-
Operações de Crédito	386.162	316.638	Empréstimos País - Outras Instituições	10	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(17.580)	(18.682)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	39.336	32.833
OUTROS CRÉDITOS	26.543	21.380	Cobrança e Arrecadação de Tributos	133	159
Créditos por Avals e Fianças Honorários	71	56	Sociais e Estatutárias	7.434	4.547
Rendas a Receber	1.055	1.050	Fiscais e Previdenciárias	1.117	1.022
Créditos Específicos	648	612	Diversas (NOTA 15)	30.642	27.105
Diversos (NOTA 08)	25.827	20.581			
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.058)	(919)			
OUTROS VALORES E BENS	635	606			
Outros Valores e Bens	1.189	1.189			
(Provisão para desvalorização)	(614)	(614)			
Despesas Antecipadas (NOTA 09)	60	31			
NÃO CIRCULANTE	218.972	154.247	NÃO CIRCULANTE	329.691	245.830
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	218.972	154.247	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	329.691	245.829
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	20.509	18.743	DEPÓSITOS (NOTA 12)	306.435	241.357
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.509	18.743	Depósitos Interfinanceiros	-	4.678
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	170.807	109.336	Depósitos a Prazo	306.435	236.679
Operações de Crédito	185.432	119.742	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	2.512	338
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(14.625)	(10.406)	Repasse Interfinanceiros	2.512	338
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	4	246	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA xx)	16.610	-
Diversos	4	248	Empréstimos País - Outras Instituições	16.610	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-	(2)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.134	4.135
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	13.506	12.611	Diversas (NOTA 15)	4.134	4.135
Outros Investimentos	13.506	12.611	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	146.119	119.403
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	10.007	8.599	CAPITAL SOCIAL (NOTA 19)	70.599	65.029
Imóveis de Uso	1.802	1.802	De Domiciliados no País	73.060	66.087
Outras Imobilizações de Uso	13.853	11.268	(Capital a Realizar)	(2.461)	(1.058)
(Depreciação acumulada)	(5.648)	(4.471)	RESERVAS DE SOBRAS	64.520	49.273
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.129	4.712	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	11.000	5.101
Outros Ativos Intangíveis	9.733	9.235			
(Amortização acumulada)	(5.594)	(4.523)			
TOTAL DO ATIVO	865.161	666.613	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	865.161	666.613

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC
CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	52.275	-	52.275	98.788	2	98.790	74.604	12	74.616
Operações de Crédito	50.559	-	50.559	95.722	2	95.724	72.880	12	72.892
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.711	-	1.711	3.056	-	3.056	1.719	-	1.719
Resultado das Aplicações Compulsórias	5	-	5	10	-	10	5	-	5
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(24.015)	(36)	(24.051)	(42.354)	(66)	(42.420)	(39.498)	(44)	(39.542)
Operações de Captação no Mercado	(9.443)	(35)	(9.478)	(17.995)	(66)	(18.061)	(16.058)	(44)	(16.102)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.575)	(1)	(3.576)	(7.547)	-	(7.547)	(7.709)	-	(7.709)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.997)	-	(10.997)	(16.812)	-	(16.812)	(15.731)	-	(15.731)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.260	(36)	28.224	56.434	(64)	56.370	35.106	(32)	35.074
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16.706)	2.052	(14.654)	(27.923)	4.139	(23.784)	(17.097)	3.599	(13.498)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.075	5.334	9.409	7.901	10.638	18.539	6.627	9.282	15.909
Rendas de Tarifas Bancárias	3.421	-	3.421	6.605	-	6.605	5.644	-	5.644
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.181)	(920)	(12.101)	(20.791)	(1.828)	(22.619)	(18.113)	(1.639)	(19.752)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(11.787)	(1.826)	(13.613)	(21.787)	(3.400)	(25.187)	(17.472)	(3.058)	(20.530)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(45)	(267)	(312)	(95)	(535)	(630)	(65)	(467)	(532)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	7.086	186	7.272	14.705	97	14.802	18.000	202	18.202
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(8.275)	(455)	(8.730)	(14.461)	(833)	(15.294)	(11.718)	(721)	(12.439)
RESULTADO OPERACIONAL	11.554	2.016	13.570	28.511	4.075	32.586	18.009	3.567	21.576
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.641	(1.698)	943	2.669	(1.660)	1.009	1.841	11	1.852
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.195	318	14.513	31.180	2.415	33.595	19.850	3.578	23.428
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	578	578	-	-	-	-	(129)	(129)
Provisão para Imposto de Renda	-	356	356	-	-	-	-	(68)	(68)
Provisão para Contribuição Social	-	222	222	-	-	-	-	(61)	(61)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.598)	-	(1.598)	(3.381)	-	(3.381)	(2.641)	-	(2.641)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	12.597	896	13.493	27.799	2.415	30.214	17.209	3.449	20.658
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.415	(2.415)	-	3.449	(3.449)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	12.597	896	13.493	30.214	-	30.214	20.658	-	20.658
REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO	-	-	-	1.633	-	1.633	407	-	407
DESTINAÇÕES	-	-	-	(20.847)	-	(20.847)	(15.974)	-	(15.974)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.976)	-	(2.976)	(3.028)	-	(3.028)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.444)	-	(1.444)	(668)	-	(668)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(14.435)	-	(14.435)	(6.681)	-	(6.681)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(4.675)	-	(4.675)
Reserva Expansão - Estatutária	-	-	-	(1.444)	-	(1.444)	(668)	-	(668)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(548)	-	(548)	(254)	-	(254)
REVERSÃO RESERVA	-	-	-	-	-	-	10	-	10
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	11.000	-	11.000	5.101	-	5.101

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC

CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	55.422	35.929	-	-	6.558	97.909
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	4.802	-	-	-	(4.802)	-
Destinações para reservas	-	-	1.727	10	(1.737)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(19)	(19)
Capital de associados						
Aumento de capital	4.292	-	-	-	-	4.292
Baixas de capital	(2.471)	-	-	-	-	(2.471)
Reversões de reservas	-	-	(407)	(10)	417	-
Resultado do período	-	-	-	-	20.658	20.658
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(668)	(668)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.681	-	-	(6.681)	-
Reserva de Expansão	-	-	668	-	(668)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.984	-	-	-	(3.028)	(44)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.675	-	-	(4.675)	-
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	-	(254)	(254)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	65.029	47.285	1.988	-	5.101	119.403
Mutações do Período	9.607	11.356	1.988	-	(1.457)	21.494
Saldos no início do período em 01/01/2019	65.029	47.286	1.988	-	5.101	119.404
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	4.055	-	-	-	(4.055)	-
Destinações para reservas	-	-	1.000	-	(1.000)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(36)	(36)
Fundo Social	-	-	-	-	(10)	(10)
Capital de associados						
Aumento de capital	4.823	-	-	-	-	4.823
Baixas de capital	(6.229)	-	-	-	-	(6.229)
Reversões de reservas	-	-	(1.633)	-	1.633	-
Resultado do período	-	-	-	-	30.214	30.214
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.444)	(1.444)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.435	-	-	(14.435)	-
Reserva de Expansão - Estatutária	-	-	1.444	-	(1.444)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.921	-	-	-	(2.976)	(55)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	-	(548)	(548)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	70.599	61.721	2.799	-	11.000	146.119
Mutações do Período	5.570	14.435	811	-	5.899	26.715
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	66.879	47.286	2.226	-	17.483	133.874
Capital de associados						
Aumento de capital	2.896	-	-	-	-	2.896
Baixas de capital	(2.097)	-	-	-	-	(2.097)
Reversões de reservas	-	-	(871)	-	871	-
Resultado do período	-	-	-	-	13.493	13.493
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.444)	(1.444)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.435	-	-	(14.435)	-
Reserva de Expansão - Estatutária	-	-	1.444	-	(1.444)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.921	-	-	-	(2.976)	(55)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	-	(548)	(548)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	70.599	61.721	2.799	-	11.000	146.119
Mutações do Período	3.720	14.435	573	-	(6.483)	12.245

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina -
Sicredi Integração de Estados RS/SC
CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	20.037	34.621	28.290
Resultado do semestre/exercício	13.493	30.214	20.658
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.544	4.407	7.632
Provisão para operações de crédito	7.048	3.117	6.692
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(701)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(234)	137	159
Depreciação do imobilizado de uso	840	1.615	1.252
Amortização do intangível	558	1.071	947
Baixas do ativo permanente	29	88	31
(Reversão) para passivos contingentes	(211)	(231)	(94)
Destinações ao FATES	(1.444)	(1.444)	(668)
Dividendos SicrediPar	(42)	54	14
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(37.059)	(82.564)	(41.491)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.013)	(7.111)	(17.052)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(103.264)	(104.012)	(1.467)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.714	-	3
(Aumento) em créditos vinculados	(3.061)	(3.140)	(15)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	16	(12)	2
(Aumento) em operações de crédito	(114.670)	(135.213)	(106.433)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	80.991	29.892	34.905
(Aumento) outros créditos	(3.709)	(5.112)	(5.493)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	163	(28)	454
Aumento em depósitos	77.613	119.657	49.479
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	941	(829)	1.457
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	16.620	16.620	(3.798)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(668)	(796)
Aumento em outras obrigações	9.600	7.392	7.263
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(17.022)	(47.943)	(13.201)
Aquisição de Investimentos	(896)	(895)	(1.039)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.169)	(3.111)	(2.542)
Aplicações no Intangível	(158)	(498)	(1.971)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.223)	(4.504)	(5.552)
Integralização de capital	2.896	4.823	4.292
Baixa de capital	(2.097)	(6.229)	(2.471)
Juros ao capital próprio	(55)	(55)	(44)
Distribuição de Sobras	-	(46)	(19)
Outras Destinações	(548)	(548)	(254)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	196	(2.055)	1.504
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(20.049)	(54.502)	(17.249)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	133.812	168.265	185.514
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	113.763	113.763	168.265

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 14/05/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	11.087	5.666
Caixa	11.087	5.666
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	102.676	162.599
Total	113.763	168.265

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.345	-
DI entre Banco e Cooperativas	5.345	-
Total circulante	5.345	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.509	18.743
DI entre Banco e Cooperativas	20.509	15.931
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.812
Total não circulante	20.509	18.743

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	128.123	24.111
Total circulante	128.123	24.111

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	166.184	74.186	240.370	210.713
Financiamentos	42.502	108.962	151.464	80.688
Financiamentos rurais e agroindustriais	177.476	2.284	179.760	144.979
Carteira total	386.162	185.432	571.594	436.380

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honoradas	71	-	71	56
Devedores por compra de valores e bens	308	-	308	599
Títulos e créditos a receber (i)	21.511	4	21.515	16.625
Total	21.890	4	21.894	17.280

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	158.128	138.940	791	695
Nível B	1,00	212.504	146.116	2.125	1.460
Nível C	3,00	167.501	118.384	5.025	3.552
Nível D	10,00	22.593	21.430	2.259	2.143
Nível E	30,00	10.361	6.801	3.108	2.040
Nível F	50,00	3.685	3.023	1.843	1.512
Nível G	70,00	4.171	3.235	2.920	2.265
Nível H	100,00	14.545	15.731	14.545	15.731
Total (i)		593.488	453.660	32.616	29.398

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 647 (2018 - R\$ 611).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	Total da Carteira
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.854	33.856	61.413	86.252	185.375	121.066
Rural	123	31.410	145.943	2.284	179.760	144.979
Industrial	769	2.825	3.447	5.189	12.230	16.506
Comércio	615	15.703	42.940	42.887	102.145	98.196
Outros Serviços	412	17.504	47.238	48.823	113.977	72.913
Total	5.773	101.298	300.981	185.435	593.487	453.660

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	71.220	12,00	55.378	12,21
50 devedores seguintes	119.014	20,05	115.755	25,52
100 devedores seguintes	86.858	14,64	73.088	16,11
Demais	316.396	53,31	209.439	46,17
Total	593.488	100	453.660	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	30.009	23.158
Constituição de provisão	16.812	15.731
Movimentação de baixados para prejuízo	(13.558)	(8.880)
Saldo final	33.263	30.009

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 11.960 (2018 - R\$ 5.783), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.871 (2018 - R\$ 15.400).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	67	107
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	694	579
Devedores por compra de valores e bens	308	355
Devedores por depósitos em garantia	1.787	1.416
Impostos e contribuições a compensar	589	576
Títulos e créditos a receber (ii)	21.511	16.621
Cotas de consórcio	29	159
Devedores por convênios	136	73
Operações com cartões	342	344
Pendências a regularizar	252	263
Outros	112	88
Total Circulante	25.827	20.581

Devedores por compra de valores e bens	-	244
Títulos e créditos a receber (ii)	4	4
Total não circulante	4	248

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	1.189	1.189
Imóveis	1.189	1.189
Despesas antecipadas	60	31
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(614)	(614)
Total Circulante	635	606

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 614 (2018 - R\$ 614) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.923	6.690
Sicredi Participações S.A.	6.582	5.920
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	13.506	12.611

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.352.307 ON	1.920.703 ON	1	1	6.922.998	6.690.185
	4.892.546 PN	3.998.904 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,69%	0,67%	0,62%	0,62%	1,78%	1,75%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	6.582	5.920	1	1	6.923	6.690

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019		2018	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	15.655	(5.648)	10.007	8.599
Imobilizações em curso	-	231	-	231	867
Terrenos	-	225	-	225	225
Edificações	4%	1.577	(179)	1.398	1.461
Instalações	10%	5.468	(1.769)	3.699	2.937
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.503	(1.234)	2.269	1.576
Sistema de comunicação	10%	219	(100)	119	111
Sistema de processamento de dados	20%	3.564	(2.033)	1.531	1.079
Sistema de segurança	10%	627	(166)	461	282
Sistema de transporte	20%	241	(167)	74	61
Intangível (i)		9.733	(5.594)	4.139	4.712
Investimentos Confederação		9.628	(5.564)	4.064	4.616
Outros ativos intangíveis		105	(30)	75	96
Total		25.388	(11.242)	14.146	13.311

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	90.701	-	-	90.701	71.418
Depósitos Interfinanceiros	-	25.551	-	25.551	4.678
Depósitos a prazo	10.928	55.001	306.435	372.364	292.863
Total	101.629	80.552	306.435	488.616	368.959

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	166.482	138.752
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	166.482	138.752
Total circulante	166.482	138.752
Recursos do Crédito Rural	2.512	338
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.512	338
Total não circulante	2.512	338

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/06/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	10	-
Outras instituições	10	-
Total circulante	10	-
Empréstimos no País - outras Instituições	16.610	-
Outras instituições	16.610	-
Total não circulante	16.610	-

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	998	1.764
Obrigações por convênios oficiais	9	10
Provisão para pagamentos a efetuar	2.417	2.401
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	1.431	1.662
Outras Contingências	11	13
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.637	2.649
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	172	195
Pendências a regularizar	6	77
Operações com cartões	20.593	16.289
Demais fornecedores	604	542
Credores diversos	1.764	1.503
Total circulante	30.642	27.105
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	4.134	4.135
Total não circulante	4.134	4.135

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	1.532	784	(1.217)	1.099
Cível	130	329	(127)	332
Total	1.662	1.113	(1.344)	1.431

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	1.098	1.532
Cível	Provável	332	130
Total		1.430	1.662

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 11; R\$ 569; R\$ 99 (2018 - R\$ 5, R\$ 396 e R\$ 99), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	70.599	65.029
Total de associados	47.021	43.451

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.570 (2018 - R\$ 9.607), sendo R\$ 6.976 (2018 - R\$ 7.786) via integralização de resultados e R\$ 4.823 (2018 - R\$ 4.292), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.229 (2018 - R\$ 2.471).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,5% em Conta capital, no montante de R\$ 2.976, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 5% para a Reserva de Expansão e 1,9% destinados para a Devolução a SFG.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 74 (R\$ 1.123 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	30.214	20.787
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(9.064)	(8.730)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	-	2
Provisão resgate de milhas cartão	20	(62)
Brindes e Doações	(20)	(22)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(8)	53
Receita com atos cooperativos	8.340	7.227
Juros sobre capital próprio	893	1.272
Prejuízo fiscal	-	66
Lucros e dividendos	13	40
Outros	(173)	24
Subtotal	9.064	8.601
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(129)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	25.854	18.743
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	128.123	24.111
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	102.676	162.599
Outros Créditos - Rendas a receber	856	840
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	599	424
Investimentos (Nota 10)	13.506	12.611
Intangível (Nota 11)	4.064	4.616
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	4.957	4.678
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	168.994	139.090
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	16.620	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	20.416	15.763
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	4.306	4.330
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.056	1.719
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.288	5.831
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	9.098	12.963
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	74	1.123
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	279	-
Operações de Empréstimos e Repasses	7.547	7.709
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	1.873	1.712
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	6.419	5.736

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	203	0,22%	284
Depósitos a prazo	8.504	2,28%	6.608
Operações de crédito	1.656	0,29%	643

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.006	2.527

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	494	428
Despesa de aluguéis	2.101	1.854
Despesa de comunicação	1.006	899
Despesa de manutenção e conservação	1.556	1.336
Despesa de material	410	358
Despesa processamento dados	528	341
Despesa de promoções e relações públicas	1.758	1.605
Despesa de propaganda e publicidade	244	274
Despesa de seguro	43	77
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.356	2.972
Despesa de serviços de terceiros	2.007	1.462
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.083	915
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.807	2.077
Despesa de serviços de transportes	988	876
Despesa de viagem	740	370
Despesa de depreciação e amortização	1.634	1.261
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.052	942
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.402	826
Outras despesas administrativas	1.978	1.657
Total	25.187	20.530

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	808	1.398
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	8.777	12.563
Reversão de provisões operacionais	4.309	3.152
Outras rendas operacionais	908	1.089
Total	14.802	18.202

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	974	1.129
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	585	277
Contribuição Confederação Sicredi	5.189	4.680
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	502	525
Encargos da administração financeira	48	83
Repasso administradora de Cartões	209	237
Outras despesas de Cartões	1.109	897
Outras provisões operacionais	3.843	2.817
Outras despesas operacionais	2.704	1.676
Total	15.294	12.439

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	111.525	98.648
Coobrigações em cessões de crédito	240	278
Total	111.765	98.926

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	143.702	117.288
Nível I (NI)	141.980	114.691
Capital principal - CP	141.980	114.691
Capital social	70.599	65.029
Reservas de capital	64.520	49.274
Lucros acumulados	11.000	5.101
Ajustes Prudenciais	(4.139)	(4.712)
Nível II (NII)	1.722	2.597
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	1.722	2.597
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	723.601	606.878
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	658	1.034
Margem de Capital (i)	67.066	52.532
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,86%	19,33%
Situação de Imobilização (Imob)	10.008	8.600
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,96%	7,33%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Víldomar Luiz Pazinato
Diretor Executivo
CPF: 472.940.270-72

Valdeci Nardi
Diretor de Operações
CPF: 487.700.430-00

Solange Leidemer
Contadora
CRC: RS-069079/O-2
CPF: 619.885.880-49